



Memória fonológica do português no Brasil Colonial

Manoel Mourivaldo Santiago Almeida¹
USP, ABF

RESUMO: O texto trata de grafemas de referência vocálica e consonantal levantados em manuscritos brasileiros dos séculos XVII e XVIII, pistas do sistema sonoro do português de então.

PALAVRAS-CHAVE: *Fonologia Portuguesa; História do Português; Filologia Portuguesa.*

ABSTRACT: *The text treats of graphic system with vocalic and consonantal reference observed in Brazilian manuscripts in 17th and 18th centuries, marks of a sonorous system of Portuguese by epoch.*

KEY-WORDS: *Portuguese Phonology; History of Portuguese; Portuguese Philology.*

1. Introdução

O objetivo deste texto é trazer para o presente, fenômenos do sistema sonoro do português corrente em dois séculos (os últimos) na época do Brasil colonial – em especial na época das bandeiras paulistas, foco de irradiação da língua portuguesa para o interior brasileiro – através de alguns grafemas de referência vocálica e consonantal, encontrados em documentos manuscritos escritos no Brasil e datados dos séculos XVII e XVIII. São documentos notariais, ofícios, cartas, requerimentos, relatórios e diários de viagem, dentre outras tipologias textuais.

Recorremos também a dados já estudados por historiadores e gramáticos da língua portuguesa. Não nos detemos, porém, apenas no período bandeirante (seiscentista e setecentista), recorremos também a outras fases da história do português, desde o galego-português, passando pelo português arcaico, até nossos dias, porque, para dizer com Mattos e Silva (1991, p.48), o estudo de um fato lingüístico, com tal vasto panorama teórico, permite-nos inferir algumas afirmativas e outras suposições sobre qualquer sistema estudado da língua de qualquer que seja o período.

Serve este texto também para colocar mais uma vez em discussão o ponto de vista que acredita que muitos dos fenômenos fonético-fonológicos, ditos próprios do português brasileiro, devem sua origem exclusivamente à influência das línguas indígenas, em especial do tronco tupi-guarani e

africanas, principalmente o banto e o iorubá.

Melo (1971, p. 137), dentre tantos outros, dá-nos um bom exemplo dessa influência quando se refere à formação da língua portuguesa em terras brasileiras. É sua opinião que a língua lusitana, por ser mais culta e “instrumento de uma civilização superior”, suplantou, lá pelos idos do século XVIII, sua principal concorrente, o tupi, ou a chamada língua geral falada pelos índios e seus descendentes. Eles e as populações rurais e urbanas “de pouca cultura”, a pobreza mesmo, “abandonaram o uso da língua tupi” em favor da língua dos brancos, mas “falaram mal, muito mal a nova língua”, pois lhe impingiram nódoas de sua língua materna “sem flexão, e de vocabulário pobre”. As populações negras, no relato de Melo (1971, p.138), assim como todos de sangue índio, ao adotarem o português, também “o deformaram em dialetos crioulos”.

Os exemplos dessa “deformação” são até hoje cantados em comunicações e textos pelos que acreditam cegamente nessa tese. Para ficar apenas em dois fenômenos do sistema sonoro, lancemos luzes para o rotacismo e para a redução de ditongos. Exemplos que não resistem uma olhadela em manuscritos portugueses que antecedem esse momento histórico, provando que tais fenômenos não são nem nunca foram inovações tupiniquins jamais vistos e ouvidos na terra de Camões. Trata-se, em verdade, de conservação, repetição, reinterpretação, como queiram, de um sistema sonoro português descrito desde seu período

¹ Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, Professor Doutor da Universidade de São Paulo – USP; Sócio-correspondente da Academia Brasileira de Filologia - ABF.



arcaico ou, antes disso, desde o galego-português.

Veremos, na seqüência, estes e outros exemplos estampados em manuscritos portugueses escritos por portugueses vindos diretamente da boa terra. Afinal, quem na época (séculos XVII e XVIII) sabia escrever? Seguramente não eram negros nem índios! Estes, sim, eram o assunto de muitos daqueles documentos, ou por terem fugido da escravidão ou por estarem dificultando, resistindo a arco e flecha, o trabalho dos brancos na empreitada de expandir os domínios da coroa portuguesa sertão, cerrado e floresta adentro.

2. Grafemas de referência vocálica

Os grafemas de referência vocálica, nos textos estudados, são seis: <a>, <e>, <i, y>, <o> e <u>, com <i> e <y> se equivalendo. Até certo ponto, esse inventário está de acordo com a gramática de Bacellar (1783). O que diferencia é o grafema <w>, que o gramático (p. 21) registra equivalendo-se a <u>.

O timbre das vogais não é matéria discutida pelo gramático. Diferentemente do que fez Oliveira (1536) e Barros (1540), dividindo as letras vogais em grandes (abertas) e pequenas (fechadas), na determinação do valor fonológico de cada um desses grafemas de referência vocálica, pelo que se pode deduzir, Bacellar (1783, p.19-21) sempre toma como base a realização do timbre fechado. Senão, vejamos:

O som do A tem a sua formação, quando se abre a bocca, e se respira forte; o do E, fazendo menos hiato, e respiração, que no a; o som do I vogal, ou Y inicial com menos hiato, e muito maior aperto da respiração do que no e; o do O, quando se arcuão os beiços, e bocca respirando; o som do U vogal, ou w frangendo os beiços.

Os grafemas que representam as vogais orais, independente do contexto, como ficou constatado no inventário, geralmente apresentam-se com as mesmas figuras do português atual, e, por consequência, com aproximadamente o mesmo valor fônico que lhes damos hoje. O que há de distinto está exposto a seguir.

Dentre as ocorrências dos grafemas de referência vocálica, em posição átona, comparado

ao português padrão moderno, notamos estas alterações:

a > e (e onde seria a): *rezaõ* (1)² e *pesquins* (2). Mas, registramos duas ocorrências da forma *razaõ* (2). A variação pode denotar período de transição (orto)gráfica, mas evidencia a pronúncia [e] para o grafema <a>. Pelo menos é o que aponta esses dois vocábulos. No nosso português popular rural ainda é possível escutar a forma *rezaõ* ao lado de *razaõ*.

e > a (a onde seria e): *dezanove* (2), *lavantassem* (1), *numarozo* (1), *sacrataria* (1), *arracadação* (2) e *estabalecimento* (2). Porém, registramos as formas *levantar* (3), *secretaria* (1) e *arecadação* (3) ao lado de *arrecadação* (2). Aqui podemos evidenciar o inverso: a realização de [a] para o grafema <e>. Nos dois casos citados e nos demais que virão, obviamente, estamos considerando o que se estabeleceu como padrão.

e > i (i onde seria e): *quazi* (2), *similhante(s)* (6), *ifeito* (1), *idital* (2), *rial* (2), *despidio* (1), *misiricordia* (1), *senhoriar* (1), *invio* (2), *miscilania* (1), *dispotico* (1), *liais* (2) e *epidimia* (1). Todavia, registramos a coexistência das formas *semelhante(s)* (3), *edital* (2), *real* (2), *despedio* (1), *misericordia* (1), *senhorear* (1) e *leaes* (1).

i > e (e onde seria i): *delligencia(s)* (8), *deligencia* (2), *deminuição* (1), *mellitares* (6), *creação* (3), *prezeonou* (1), *prezionar* (2), *cometiua* (1), *facellidade* (3), *cegueria* (1), *remedear* (2), *facellidade* (1), *solecita* (1), *sollecita* (1), *defficultozo(a)* (3), *deficultoza* (1), *noteciasse* (1), *noteciarem* (1), *destricto* (2), *enaççessivel* (1), *eregido* (1), *epedemiaz* (1), *vezinhança* (2), *fraqueasse* (1), *princepe* (2), *offeciaes* (2), *permettida* (1), *destribue* (1) e *dezenteressado* (1). No entanto, coexistem formas como *dilligencia* (2), *diligencia* (2), *militares* (2), *criação* (1), *prisseonaraõ* (2), *comitiva* (1), *facillidade* (2), *facillidade* (2), *ceguiria* (2), *noticiasse* (1), *noteciarem* (2), *difficultozo* (1), *districto* (2), *inacçessivel* (1), *principe* (1), *officiaes* (5), *officiais* (3) e *permitter* (2).

o > u (u onde seria o): *descubrimeto* (7), *descuberto(s)* (3), *custume* (2), *rezulução* (1), *demulir* (1), *rigurozamente* (1). Entretanto, registramos as ocorrências das formas *descobrimeto* (2), *descobrio* (1) e *descobrião* (2).

u > o (o onde seria u): *estrangolamento* (2), *expozessesmos* (3).

² Número de ocorrências nos manuscritos analisados.

Como é notório, nesses quatro casos há as seguintes variações: realização de [i] para o grafema <e> ao lado da pronúncia [e] para o grafema <i> e a realização de [u] para o grafema <o>³ ao lado da pronúncia [o] para o grafema <u>. Trata-se de uma variação muito produtiva na oralidade, até hoje, tanto em terras brasileiras quanto em terras européias. Para atestarmos, basta uma consulta em trabalhos de quem fez pesquisa dialetológica ou sociolingüística. O que não se pode dizer, diante das evidências, é que estamos diante de um fenômeno novo. Escrevendo sobre as vogais mediais, Teyssier (1997, p.61) lembra que todas essas variações vocálicas são fenômenos antigos. Elas ocorrem com bastante freqüência em textos do século XVI. E, como podemos constatar, em textos também do XVII, XVIII, XIX e, até nossos dias, tanto na oralidade quanto em textos de alfabetizando ou de quem tem pouca escolaridade. Que se tem registro, essa variação se faz presente desde o galego-português, desde o século XIII, como nos é mostrado, em mais de oitenta páginas, por Maia (1986, p. 339-420).

Nessa mesma seção em que evidenciamos a variação dos sons vocálicos mediais, podemos dar exemplos dos seguintes ditongos orais, em que o fenômeno ocorre com as semivogais: *officiaes* (5), *offeciaes* (1), *geraes* (3), *quaes* (4), *sinaes* (2), *leaes* (1). Mas, registramos as formas *officiais* (3) e *liais* (2); *seo(s)* (5), *remeteo* (2), *concedeo* (3), *sucedeo* (2), *recolheo* (2), *Deos* (7), *precedeo* (1), *pareçeo* (2). Desses vocábulos, porém, registramos estas formas coexistentes: *seus* (3) e *Deus* (1); *copea* (mais de 10), *rezistencia* (1). Registramos, todavia, *copia* (6) e *rezistencia* (1); *confundio* (1), *pedio* (2), *consequio* (1), *despidio* (1), *despedio* (1), *conduzio* (2), *descobrio* (1); *agoas* (3), *agoardente* (2), *legoas* (1). Este último vocábulo também foi registrado com a forma *leguas* (1).

No estudo feito por Maia (ibid., id.) sobre o estado lingüístico da Galiza e do noroeste português tendo como base documentos escritos datados desde o século XIII ao século XVI o comportamento desses grafemas, que denotam o sistema fônico da língua corrente no referido período, é muito semelhante ao que encontramos nos documentos dos séculos XVII e XVIII.

Os grafemas <e> e <o> em posição átona, parecem representar, respectivamente as vogais /e/ e /o/, provavelmente fechadas, ou as

vogais /i/ e /u/, seja em posição de núcleo de sílaba ou com valor assilábico ou de semivogal, conforme destacamos nos exemplos acima. De acordo com Maia (1986, p.368), destacando e, em alguns casos, essa alteração da língua falada fixou-se na grafia (cf. *incendiar, diante, vier, criança, etc.*), *continuando, no entanto, muitas formas a manter, ainda hoje, as grafias mais antigas* (cf. *nomear, geada, passear, etc.*).

O que não é possível precisar, segundo a autora, é a partir de qual estágio a língua se fixou na pronúncia [i] e [u], devido ao fato de os grafemas <e> e <o> ainda serem de uso habitual em documentos portugueses do século XV e galegos do século XVI, e, como podemos ver, ainda em documentos seiscentistas e setecentistas. As formas com *i* e *u*, nos séculos estudados por MAIA (1986, p. 369 e 397) são esporádicas, mas concorrentes das formas com *e* e *o*.

e > o (o onde seria e): *sommana* (1) e *pollo* (2). Contudo, registramos várias ocorrências da forma *pello* (mais de 10). O convívio de *pollo* e *pello* não pode ser caracterizado simplesmente como fenômeno fonético-fonológico nem simplesmente grafemático. Trata-se, em verdade, de um fato morfossintático ou da coexistência, nesta contração, das preposições *per* e *por*: a forma *pollo* ou *polo*, hoje em desuso, é resultado da contração da preposição *por* com a antiga grafia *lo* do artigo definido; a forma *pello* ou *pelo*, a gramaticalizada ou lexicalizada, emprega *per* mais *lo*. A preposição atualmente em uso é apenas *por*, salvo em uma ou outra expressão, como *de per si*, bastante rara, ou ainda em *percentagem* concorrendo com *porcentagem*. Já a forma *somana* do manuscrito ao lado de *sumana* são, ainda hoje, produtivas na nossa língua falada do interior.

Como podemos constatar, não se pode considerar esse fenômeno como inovação do nosso português brasileiro em virtude, exclusivamente, do contato com as línguas dos índios e dos africanos. Seria uma simplificação muito cômoda. Fazendo coro ao que escreveu Penha (1997, p.56-58), que registrou o mesmo fenômeno na linguagem rural de São Domingos, no sul de Minas Gerais (*sumana, sumiteru, supultura, et alii*), é um exemplo fácil de ser encontrado em vários textos antigos, como, por exemplo, nas *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* (1956-8, 3v, p. 295).

³ Chamamos a atenção também para o fato de que as mediais fechadas, pelo menos nalgumas regiões do Brasil, são realizadas abertas.



Entre os ditongos nasais, vale ressaltar a forma ão > am: *capitam* ou *cappitam* (7), *petiçam* (2), *ocaziam* (2), *provizam* (2), *correiçam* (1), *execuçam* (5). Todos esses vocábulos também estão grafados com a forma que, pela elevada frequência com que aparecem nos manuscritos editados, tende ser a mais comum: *capitaõ* (3), *petiçaõ* (3), *ocaziaõ* (3), *provizaõ* (1), *correiçaõ* (1), *execuçãõ* (2). A coexistência dessas duas formas ainda pode ser conferida na grafia do vocábulo *também*: *taõbem* (3), *tambem* (2) e *taobem* (1), sem o til.

Dessas ocorrências podemos deduzir que o mais provável é que o grupo *am* deva ser realizado como ditongo, como hoje fazemos, principalmente em verbos na terceira pessoa do plural, com terminação idêntica. Assim, apesar de a escrita apresentar as formas *capitam*, *petiçam*, *ocaziam*, *provizam*, *correiçam* e *execuçam*, induzindo-nos a pronunciar o grupo *am* como vogal nasalada [ã], a variação no registro de *também* e na ocorrência dos próprios vocábulos que nos serviram de exemplos (ora *am*, ora *aõ*) desfaz qualquer dúvida a esse respeito, levando-nos a inferir que, seguramente, a pronúncia era a de um ditongo decrescente nasal [ãw].

É ainda com base nos registros do vocábulo *também* que podemos deduzir que a pronúncia do grupo *em*, final, era, como é do nosso costume, ditongada. Senão, vejamos a ocorrência da forma *tambei* (1), em que o escriba ou copista deixa transparente o traço da oralidade, enquanto na outra cópia do mesmo documento a forma volta a ser estritamente (orto)gráfica: *tambem* (1).

Os grafemas que representam as vogais nasais ou nasaladas, nos textos analisados, estão ou com o til sobreposto, como em *prizo?s* (1) e *petiço?s* (1), ou com vogal seguida de consoante nasal, como em *monçoens* (2), *prizoens* (1), *pertiçoens* (1) e *embarçaçoens* (2).

Em poucos documentos, e com baixa frequência, é possível registrar um fato semelhante ao observado por Maia (1986, p.306) em documentos galegos. Trata-se da ocorrência de vogal assinalada por til mais consoante nasal pertencente a mesma sílaba, o que evidencia um processo que representa uma contaminação dos dois processos anteriores, como temos em *monço?ns* (1). Esse processo também pode ocorrer com o til assinalando, em vez da vogal, a consoante nasal: *beñs* (1) *ordeñs* (2), *sertoeñz* (2), *opinioeñs* (1), *penssoiñs* (1), e *algum* (2).

Quanto ao uso do til, em particular, os escrivães dos séculos XVII e XVIII, pelo menos os

dos documentos estudados, pelo visto, distinguem dos preceitos gramaticais de Bacellar (1783, p. 122). Este diz que quando entre as finais *ãa* e *ão* parecer que soa um [m] ou [n], escreve-se um til sobre o primeiro *a*. Estas são suas palavras: *todos os que attendem a armonía, (...) pronunçião hoje irman'a (irmãa), Joan'ó (João); e não (como antigamente) Irmaã, irmaam, irmaan: Joaõ, Joaom*.

Uma nota na última forma, *Joaom*, esclarece que assim a imprimiam os estrangeiros, por não terem til nas suas imprensas e acharem em alguns dos escrivães portugueses o o final, carregado do til. Dentre esses escrivães podemos incluir os escribas ou copistas dos documentos analisados.

Nesse contexto, aliás, encontramos apenas duas ocorrências do emprego do til que servem de exemplos para o que queria o gramático. A primeira, é o caso do vocábulo *demonstrações* (1), registrado na carta do rei Dom José I (datada de Lisboa, em 05 de agosto de 1750, comunicando a morte de D. João V). Na segunda via da mesma carta, porém, o vocábulo está grafado com o til sobre a vogal seguinte: *demonstraço?s* (1). A segunda ocorrência observamos em *algua* (8), todavia, nas demais, o mesmo vocábulo está grafado, conforme parece ser a regra, com o til sobre o *a*: *algua* (mais de 10), ou sem o til, mas com o *m* grafado entre as vogais, como fazemos hoje: *alguma(s)* (7).

O emprego desse diacrítico sobre a segunda vogal, ou a falta de todo e qualquer sinal de nasalização, é atribuído por Huber (1933, p. 45) à distração ou “desleixos” do escriba ou copista dos textos antigos. No caso dos textos analisados, pela alta frequência do emprego do til sobre a segunda vogal, tudo indica que é da distração ou “desleixos” dos escrivães dos textos antigos referenciados por Joseph Huber que resulta a regra geral empregada pelos autores dos manuscritos investigados. Dentre os muitos exemplos dos textos, eis alguns: *Joaõ* (3), *fundição* (1), *foraõ* (8), *estaõ* (mais de 10), *huã* (mais de 10), *algua* (mais de 10), *justificação* (5), *saõ* e *naõ* (mais de 10), *senãõ* (8), *jurisdição* (5), *monçaõ* (6), *povoação?s* (9), *informação* (mais de 10), *missaõ* (7), *extracção* (5), *capitaõ* (mais de 10), *demonstraço?s* (7), *drago?s* (1), *haõ* (6), *erecção* (4), *opresso?s* (4), *escrivão* (9).

Quanto à falta de sinal de nasalização sobre grafemas vocálicos, nasais por excelência, pela baixa frequência registrada, damos fé ao que Huber (idem) chama de “desleixos do escriba”. O fato foi observado apenas em sete das trinta e

quatro ocorrências do vocábulo *uma*: *hua* (7). As demais ocorrências estão ou com o til sobre a segunda vogal, ou com o *m* intervocálico. Dentre os exemplos: *huã* (mais de 10) e *huma* (8).

Ainda sobre o emprego do til além dos casos já mencionados, como a ocorrência desse diacrítico assinalando vogal já nasalada pela presença das consoantes /m/ ou /n/ pertencentes à mesma sílaba, e ainda o til assinalando, em vez da vogal, a consoante nasal, chama a atenção a colocação desse sinal sobre vogais não nasaladas, como em vocábulos do tipo *Senhõr* (3), *gera?s* (4), *hespanho?s* (3), e na combinação da preposição com o artigo *aõ* (4).

O que se pode inferir no caso de *senhõr* é que se trata de uma contaminação do til indicador de abreviatura: *Snõr* para *Senhõr*. No caso de *gera?s*, que convive com *geraes* (2), sem o til, por hipótese, pode ser que a presença desse diacrítico esteja denunciando a abreviatura da forma *generaes*. No caso de *hespanho?s*, a única explicação cabível seria recorrer ao fenômeno de analogia a uma das formas pluralizadas do ditongo nasal *ão* = *o?s*. Por analogia a esse mesmo ditongo nasal, no singular, pode-se explicar a grafia da combinação *aõ* no lugar de *ao*.

3. Casos de redução de ditongos

Nos documentos analisados registramos a redução do ditongo [aj], mais produtivo quando seguido de palatal, como em *baxoz* (2) e *bachos* (1). Sobre a monotongação ou redução desse ditongo, de um modo lato, diz Cunha (1986, p.210-211) que tem dúvida em considerá-la como inovação e não conservação no português brasileiro, como querem alguns, em especial os que defendem a tese da criouliização (em virtude do contato português e línguas africanas) e posterior descriouliização no português do Brasil. Os exemplos levantados nos textos seiscentistas e setecentistas e mais as grafias de *baxa* e *peixe* levantados por Cunha (idem) em *Os Lusíadas* mostram a ancianidade do fenômeno.

Na mesma via seguem Penha (1970, p. 24) e Maia (1986, p. 539). O primeiro traz à tona a ocorrência desse fenômeno no ditongo [aw] em autores antigos, como *odiança* (*audiência*) lido em Gil Vicente. A segunda acredita que a presença da redução de ditongos no português, tomando como exemplo [ej] reduzido a [e], deve ser dos fins do século XV ou do século XVI, provavelmente por influência do castelhano. No entanto, adverte que é interessante observar que a redução de [ej]

não ocorre somente em castelhanismos, mas em formas galego-portuguesas como *cabeçeras* e destaca também que bem antes desse período (fins do século XV ou século XVI) formas com redução do ditongo podem ser observadas já em documentos do século XIII, mais exactamente, 1290: *enerro* (janeiro), *erederos*, *primero*.

Por influência do castelhanismo pode-se explicar a presença de *poco* no lugar de *pouco* nas duas vias de um documento datado de Cuiabá, em 24 de julho de 1739. A redução desse ditongo também registrada em documentos dos séculos XV e XVI, e ainda em textos de fins do século XIII ou princípios do século XIV, também é considerada por Maia (1986, p.552) como resultado de influência castelhana. Tratando da redução desse mesmo ditongo, Cunha (1986, p.211) confirma que é geral não só na língua comum do Brasil, mas também, desde o século XVII, no português europeu, o que está de acordo com o que registra Cintra (1995, p. 35-54) ao tratar do estudo sincrônico e diacrônico desse ditongo.

Por fim, destacamos a redução de [ãw] que no português espalhado pelo Brasil pode ocorrer com pelo menos cinco formas distintas: [ã], [õ], [o], [u] e [u]. Nos documentos analisados registramos as formas gráficas *aõ* e *am*, como vimos acima, ratificando o ponto de vista de Huber (1933, p. 64), que, ao tratar do assunto, faz nota considerando que já no CG. - *Cancioneiro Geral* - (1516) - talvez já em finais do século XV - as três terminações latinas -*anu* -*ane* -*one* se encontram reduzidas a -*am* = -*ão*. *Aí rimam*, p. ex., a) -*anu* com -*one*: *vilaão*: *coraçam* (I, 396); b) -*anu* com *ane*: *mão*: *Joham*; (II, 356); c) -*one* com -*ane*: *tençam*: *pam* (III, 583).

Ao examinar os resultados da terminação latina -*ana*, Maia (1981, p. 73-95) constata que *inserida na área minhota de -ão encontra-se uma área menor e um pouco difusa de -õ e -õu que abrange algumas povoações da zona compreendida entre o Lima e o Douro: aí, a forma feminina da língua padrão irmã corresponde irmã e irmãu*.

Após refutar o argumento que as referidas formas do feminino poderiam ser explicadas a partir da influência analógica das correspondentes formas masculinas, a Maia parece mais provável a explicação que *na zona de Entre-Douro-e-Minho, a antiga terminação -om (<-ONE), mais tarde evoluída em -õu sobretudo a partir do Baixo-Minho e do Baixo-Douro-Litoral, propagou-se por analogia às terminações -ã (<-ANE) e -ão (<-ANU)*.

Lembra também que essa assimilação já se verificava na linguagem da região no século XIV. Já nas variedades do centro e sul do país, sobre as quais veio a se constituir a língua padrão portuguesa, foi a terminação -ão <-ANU que analogicamente se propagou nas terminações -ã <-ANE e -ô <-ONE, acabando por substituí-las.⁵

Para abonar a redução de [ãw] em [õ], por exemplo, em documentos que antecedem a história social brasileira nos séculos XVII e XVIII, basta buscarmos nalguns testemunhos antigos, como *A Demanda do Santo Graal* BNV, Ms. 2594: *razom* e *entom* (1r) e a variante *entam* (29r), *coraçom* (44r), *nom* (150r), *Cancioneiro da ajuda*, edição Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *perdon* (l, 109), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cod. 10991: *nõ* (40, p.38), *perdon* (102, p.62), *razõ* (120, p.70), *coraçõ* (789, p.368), *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição Carlos da Silva Tarouca: *emtam*, *nom* (cap. XXXII), *Textos arcaicos*, de José Leite de Vasconcelos: *payxom*, *deuaçom*, *entom* (XVII: 69).

No caso dos verbos, as variações reduzidas de [ãw]: [õ] e [u], além das formas desnasaladas [o] e [u], são bastante recorrentes na fala popular brasileira. As formas orais não foram encontradas nos textos antigos analisados, donde se infere que tais formas de fato são variações desnasaladas de [õ] e [u]. Cuesta; Luz (1971, p.220), ao tratarem de traços arcaicos do português do Brasil, levantam os plebeísmos *andaro* de *andaram*, *fizero* de *fizeram*, *quisero* de *quiseram*, como sendo senão o produto da evolução de formas arcaicas, dizendo que enquanto a metrópole adotava as terminações em *am*, [ãw], a colônia conservou as antigas em *om*, [õ], que logo se desnasalaram. Daí, [o] e [u].

A opinião de Cunha (1986, p.211) vai nesse mesmo caminho, dizendo que formas populares do pretérito perfeito do indicativo, como *fizero*, ao lado de *fizeru* (acrescentamos), dentre outras, é evidente caso de desnasalção da forma *fizerõ*, e (acrescentamos também) *fizeru*, pertencentes à norma culta da língua arcaica.

Para percebermos a produtividade da forma [õ], grafada <om>, em períodos anteriores do português, basta recorrermos às mesmas obras já citadas: *A Demanda do Santo Graal* BNV, Ms. 2594: *sairom* (25v), *meterom* (45r), *decerom* (75v), *forom* (180r), *Cancioneiro da ajuda*, edição

Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *poderom*, *souberom*, *viron* (l, p.55), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cod. 10991: *disserõ* (136, pág. 70), *son* (377, p.198), *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição Carlos da Silva Tarouca: *derom*, *forom* (cap. XVII), *acordauom*, *souberom*, *entrarom* (cap. XXXII), e *Textos arcaicos*, de José Leite de Vasconcelos: *entregarom*, *matarom*, *vierom* (XVIII, p.69-70), dentre outras tantas.

4. Os grafemas de referência consonantal

Esses grafemas nos textos analisados são trinta e cinco, podendo ser simples , <c>, <ç>, <d>, <f>, <g>, <h>, <j>, <l>, <m>, <n>, <p>, <q>, <r>, <s>, <t>, <u,v>, <x> e <z>, com os grafemas <u> e <v> se equivalendo, e complexos <cc>, <cç>, <ch>, <ff>, <gn>, <lh>, <ll>, <mm>, <nh>, <nn>, <pp>, <rr>, <ss>, <th> e <tt>.

Eliminando boa parte dos grafemas dobrados ou complexos e a equivalência entre <u> e <v>, até certo ponto esse inventário está de acordo com a gramática de Bacellar (1783), mas no todo está muito mais próximo do inventário levantado por Maia (1986) examinando textos galegos e portugueses do século XIII ao século XVI.

Os grafemas que representam as consoantes, como fica constatado no inventário, com exceção dos complexos <cc>, <ff>, <gn>, <ll>, <nn>, <pp>, <th> e <tt>, apresentam-se com as mesmas figuras do português atual, e, por consequência, com o mesmo valor fônico que lhes damos hoje. Neste texto, porém, vamos levantar apenas o emprego do grafema <r> com suas variações <rr> e <R> e do grafema <l>.

4.1. Os grafemas <r>, <rr> e <R>

Tendo como base o sistema consonantal do galego-português antigo (cf. MAIA, 1986, p.502), passando pelo quadro das consoantes do português descrito em gramáticas setecentistas, como a de Bacellar (1783, p.178) e chegando ao sistema atual, podemos dizer que a oposição fonológica entre a vibrante simples ou *tap* e a vibrante múltipla, em posição intervocálica, fica evidente se considerarmos o emprego do grafema simples <r> e o uso do complexo <rr> para

⁵ Sobre as razões que facilitaram essa analogia, Maia recomenda Gunnar Tilander. Porque -am, -om se tornaram -ão em português. Em: *Revista de Portugal. Série A – Língua Portuguesa*, vol. XXIV, 1959, p. 131-136.

representar, respectivamente, a vibrante simples e a múltipla. Nos textos estudados, o fenômeno é bem produtivo. Os únicos casos em que a *tap* está representada por <rr> são as duas ocorrências do vocábulo *borrero* (2). E o único caso em que a múltipla está grafada com o simples <r> pode ser verificado em uma das ocorrências do vocábulo *arrecadação* (1), mas nas duas outras ocorrências no mesmo documento, o escriba usa o composto <rr>: *arrecadou* (1) e *arrecadação* (1). Em outras duas ocorrências desse vocábulo o escrivão emprega o grafema maiúsculo <R> que, de acordo com Maia (1986, p.26), deve ser interpretado com valor de vibrante múltipla: *aRecadação* (2).

Em posição inicial o mais comum é o emprego do grafema maiúsculo <R>, certamente para denotar o valor fônico da vibrante múltipla: *Recolhidas* (1), *Recolheram* (1), *Refundidos* (2), *Remet(t)o* (4), *Rezultaõ* (2), *Ruinias* (2), *Ref(f)erido* (2) *Rezoui* (1), *Remessaz* (2), *Reconhessaõ* (2), *Reprezento* (2), *Revoluçoens* (1), *Reger* (1). É ainda importante lembrar que não há outros motivos, como nomes próprios e/ou palavras no início de frases, que justifiquem o emprego da letra maiúscula, que não seja distinguir o valor fônico da vibrante múltipla inicial. Com <rr> inicial encontramos poucos exemplos, como *rremetta* (1) em um documento⁴ de 1763.

Ao tratar do <r> em sua gramática do português antigo, Huber (1933, p.144-145) observa o mesmo fenômeno. Diz ele que no português arcaico provavelmente o som do <r> era apical (com várias vibrações da ponta da língua) fortemente rolando. Quer dizer, a frequência maior era a da realização da vibrante múltipla, uma vez que nos manuscritos daquele período (arcaico) e até no século XVI, é comum aparecer mesmo em posição inicial os grafemas <rr> e <R> usados para representar a vibrante múltipla, da mesma maneira que se pode observar nos manuscritos do XVII e do XVIII. O mesmo fato também é produtivo nos documentos galego-portugueses analisados por Maia (1986, p.500-501).

O uso do grafema simples <r>, no entanto, também não deixa de aparecer, mas com menor frequência: *remeter* (1), *recolher* (1), *reger* (1), dentre outras ocorrências.

A posição interior, não intervocálica, do

fonema vibrante em que o grafema simples <r> prevalece são as seguintes: seguindo consoante na mesma sílaba: *provedor* (1), *preparada* (1), *grosso* (5); final de sílaba travada: *pertencentes* (1), *ordem* (4), *partido* (2) e final de vocábulo: *fazer* (7), *mandar* (8), *servir* (5).

4.2. O grafema <l>

A representação gráfica da consoante lateral /l/, nos manuscritos estudados, pode ser feita, como queria Bacellar (1783, p.168), pelo grafema simples <l>, que é a forma mais freqüente, ou pelo complexo <ll>, que ocorre apenas em posição intervocálica: *villas* (3), *mellitares* (6), *nella* (5), *delles* (8), *aquella(s)* (7), *facellidade* (3), *facillidade* (2), *sallarios* (4), *sollecita* (1), *delligencia* (8), *pollo* (2), *pello(s)* (mais de 10), *cavillos* (4), *vassallos* (4), *felicidade* (4), *estillo* (1). Quatro desses exemplos convivem com a forma simples <l>: *diligencia* (2), *pelo* (2), *facilidade* (2), *militares* (2) e *aquelas* (3). Isso pode evidenciar que a escolha feita pelos escribas por uma das duas formas era aleatória, apontando que nesse período a (orto)grafia estava num estágio de transição.

Nos textos analisados, encontramos apenas dois exemplos de rotacismo (l > r): *balças* (1) ao lado de *barças* (1), vocábulos encontrados em vias diferentes de um mesmo documento escrito por um mesmo punho, e *suplimento* (1), exemplo no manuscrito aqui fac-simulado.

A ocorrência do rotacismo nos encontros consonantais /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/ e /fl/ é destacada por Huber (1933, p.143) como traço do português arcaico. Da mesma forma Penha (1970, p.33), em sua tese, confere que esse é um fenômeno do português antigo que se repete em falares interioranos no Brasil, como podemos comprovar sem muito esforço. Embora esse fenômeno seja registrado por Vasconcelos (1901), que o identifica explicitamente como traço de variantes regionais do português brasileiro, em especial do português caipira descrito por Amaral (1976, p. 52), Cunha (1986, p.211) lembra e comprova que o rotacismo representa uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de l do latim para o português, tais como as formas arcaicas *craro* (de *claru*), *fror* ou *frol*, (de *flore*),

⁴ Parte do documento está fac-simulado e transcrito antes das referências bibliográficas. Nele há exemplos da variação e/i, casos de rr inicial, ocorrências do til sobre o no ditongo aõ e sobre e no ditongo o?s, além do exemplo de um caso de rotacismo.



frores, (de flores) dentre tantos outros. Quer dizer, a idéia simplória de que foram os índios e negros que provocaram a vibração do /l/ no nosso jeito caipira de falar, não passa de mito e de muito estigma étnico e social.

Um último caso que envolve o grafema <l>, que notamos em um manuscrito do século XVIII, é a variação na grafia da semivogal /w/ nos vocábulos *auzentes* (2) ao lado de *alzentes* (1), que nos revela a existência do fenômeno de vocalização da consoante lateral alveolar /l/ em /w/ já no português setecentista.

5. Reticências...

A nossa memória cultural nos reserva “surpresas” tão óbvias quanto tão óbvio é o mito que no Brasil não há (pre)conceitos que continuam estigmatizando negros e índios e seus descendentes

ou nós mesmos que, majoritariamente, consideramo-nos brancos ou pardos. Mostramos neste texto que alguns fenômenos presentes no nosso diversificado modo “brasileiro” de falar que, reconhecidamente e evidentemente, é distinto do modo “português”, europeu, africano e asiático, não podem ser tratados como fenômenos surgidos em terras brasileiras por conta do nosso contexto histórico, em que índios e negros, na tentativa de falar o português, introduziram realizações sonoras nunca ditas e ouvidas ou escritas e lidas antes.

Esta idéia é frutífera não só na língua, estritamente. Quem também nunca ouviu ou leu algo que responsabilize nossos ascendentes pela “corrupção” dos costumes, ou melhor, da cultura, no seu sentido mais lato, que nossos patrícios portugueses vêm nos presenteando desde o século XVI, quando Cabral nos “descobriu”... (?)

6. Trecho fac-similado de um documento datado em 09 de Julho de 1763, de Vila Boa de Goiás. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.



⁶ Carta assinada pelo capitão português João Manoel de Mello e enviada a Dom Antônio Rollim de Moura, presidente da então Capitania de Mato Grosso.

7. Transcrição do manuscrito

- 1 Pela carta de 2 de Novembro do anno proximo pas-
sado me partecipa Vossa Excelencia que carese de quatro arrobas de-
ouro para o suplimento das despezas dessa Capitania, em
observancia da Real Carta de 7 de Julho de 1757, e que
5 lhas rremetta no tempo da Seca à Provedoria Comissaria do-
Cuyabá.
Ao Doutor Intendente, e Provedor da Real Fa-
zenda desta Capitania Ordenei que na presente conducta es-
coltada pelos Soldados Drago's Estevaõ da Silva Roza, e-
10 João Coutinho de Azevedo remetese a Ordem de Vossa Excelencia a dita
Provedoria as ditas quatro arrobas de ouro e me certefico que assim
[o cumpre.] (...)

8. Notas

- I. Variação e/i: *partecipe* – linha 2
- II. Rotacismo: *suplimento* – linha 3
- III. <rr> inicial e grafemas complexos: *rremetta* – linha 5
- IV. Ditongos *aõ* e *ois*: *Estevaõ* e *Drago's* – linha 9

Aceito para publicação em 25/02/2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo. *Grammatica philosophica e orthographia racional da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.
- BARROS, João de (1540). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, introdução e anotações de BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Lisboa: Publicações da Universidade de Lisboa, 1971.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Estudos de dialectologia portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Conservação e inovação no português do Brasil. Em: *O eixo e a roda*. Vol 5. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 1986. p. 199 a 230.
- CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina –ana. Em: *Biblos*, Volume n. 57, 1981. p. 73 a 95.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *A gramática de linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1975.



PENHA, João Alves Pereira. *A arcaicidade da língua popular brasileira*. 1970. Tese (Doutorado)-FFLCH, Franca, 1970.

PENHA, João Alves Pereira. *Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos*. Franca: UNESP, 1997.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado)-USP, São Paulo, 2000.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1997.

VASCONCELOS, José Leite de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud e Cie, 1901.